

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.567 - RJ (2019/0013837-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.**
ADVOGADOS : **VINICIUS JUCÁ ALVES - SP206993**
 CHRISTIANE ALVES ALVARENGA E OUTRO(S) - SP274437
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **SOCIEDADE TECNICA E INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES**
 SOLUTEC LTDA
ADVOGADOS : **CRISTINA QUEIROZ PEREIRA DE MELO - RJ025878**
 LEONARDO AZEVEDO DIAS DA SILVA VENTURA E OUTRO(S)
 - RJ103469
 VINICIUS JUCÁ ALVES - SP206993

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇOS. JANEIRO E FEVEREIRO DE 1989. 42,42% E 10,14%, RESPECTIVAMENTE. PRETENSÃO ACOLHIDA NA ORIGEM. AFERIÇÃO DA REGULARIDADE DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE ÍNDICES. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF.

1. O acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada sobre a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia.
2. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que foi reconhecida a higidez da CDA e da correta aplicação exclusiva do IPC como índices de correção do balanço da empresa nos meses de janeiro de 89 (42,72%) e fevereiro de 89 (10,14%), segundo os índices pleiteados pela empresa no presente recurso especial. Dessa forma sequer haveria interesse recursal no ponto, eis que a pretensão de aplicação dos índices de 42,72% em janeiro de 1989 e 10,14% em fevereiro de 1989 foi acolhida na origem. Por outro lado, entender que não foi essa sistemática adotada pela CDA demandaria reexame do referido documento que instrui a execução, providencia inviável em sede de recurso especial em face do óbice da Súmula nº 7 do STJ.
3. O que o acórdão recorrido impediu foi a sobreposição/adição dos referidos índices com outros, sob pena de violação do princípio da isonomia, fundamento que não foi impugnado nas razões do recurso especial a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, impedindo, assim, o conhecimento do recurso especial, seja pela alínea "a", seja pela alínea "c", no referido ponto.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

